

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Implantada em Portugal desde 1961, como subsidiária do centenário consórcio alemão Triumph International e laborando no nosso país há mais de 50 anos, a “Triunfo Internacional, Sociedade de Têxteis e Confecções, Lda”, sediada em Sacavém afirma-se como uma empresa prestigiada no setor do vestuário interior.

A Triumph International está presente em mais de 120 países de todo o mundo, através das suas diversas marcas, empregando mais de 35.000 pessoas em todo o mundo.

Já a “Triunfo Internacional, Sociedade de Têxteis e Confecções, Lda”, a subsidiária nacional, obteve um volume de negócios de 21.407.328€ em 2013, sendo que no ano de 2014 contava com 570 trabalhadores ao seu serviço e um Valor Acrescentado Bruto de 12.804.384€.

Demonstrada assim a saúde financeira da empresa e a sua importância para o desenvolvimento económico do país, designadamente pela riqueza gerada e pelos postos de trabalho criados, torna-se ainda mais inaceitável a decisão de deslocalização da empresa.

O PCP reuniu com o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul, bem como com os representantes dos trabalhadores desta empresa, que foram informados no final de Maio da decisão de venda da empresa, dentro de um prazo que pode mediar entre 3 meses e 2 anos.

Segundo a informação transmitida, a Triunfo Internacional verá a sua produção deslocalizada para o Chile, Vietname e Índia, sendo a deslocalização motivada pelo desejo de baixar os custos de produção, designadamente no que toca à despesa com salários e proteção social.

Além do despedimento de centenas de trabalhadores, a deslocalização desta empresa corresponderá a mais um passo na destruição do aparelho produtivo nacional, acentuando a grave situação económica e social do país.

Os trabalhadores estão legitimamente apreensivos e preocupados quanto a esta situação pela instabilidade pessoal e familiar que provoca.

O PCP entende que o Governo deve desencadear todos os instrumentos ao seu alcance para impedir a deslocalização da empresa, a salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Solicitamos, então, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, ao Governo, que através do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Está o Governo disponível para, dentro dos mecanismos que tem à sua disposição, travar a deslocalização desta empresa, designadamente atendendo à sua importância no tecido empresarial português?
3. Que medidas tomará para assegurar a salvaguarda de todos os postos de trabalho desta empresa, independentemente da natureza do seu vínculo contratual?

Palácio de São Bento, terça-feira, 21 de Julho de 2015

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

DAVID COSTA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)